



📄 **Título:**

MEDICALIZAÇÃO E A PADRONIZAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS: um estudo realizado nas unidades de saúde mental dos hospitais da 8ª CRS

📄 **Autores:** Camila Ribeiro Santos<sup>1</sup>

Edna Linhares Garcia<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Psicóloga, Mestranda em Promoção da Saúde pela Universidade de Santa Cruz do Sul –, camirs2@gmail.com

<sup>2</sup> Psicóloga, Doutora em Psicologia Clínica, Docente e Pesquisadora da Universidade de Santa Cruz do Sul.

📄 **Resumo**

**Introdução:** A temática da medicalização vem se estabelecendo paralelamente na história aos avanços tecnológicos da área da farmacologia, em razão de sua inclusão como a principal forma de intervenção terapêutica dentro de um processo de procedimentos diagnósticos terapêuticos, em que os quadros psicopatológicos assumem o lugar de transtornos mentais, que serão diagnosticados, a partir de um número de sintomas. A padronização de medicamentos instiga a necessidade de uma análise das transformações do cuidado em saúde mental, bem como uma reflexão sobre o sofrimento de pacientes internados em hospitais gerais. Os psicotrópicos modificam comportamentos considerados inadequados para a sociedade em algo normalizado, retirando do indivíduo os sintomas não suportáveis provocados pelo sofrimento psíquico, sem, no entanto oferecer aos sujeitos a significação deste processo. De fato, nossa realidade humana ao longo dos tempos revela o quão insustentável se torna o sentir, como uma verdade quase insuportável. E são estes sofrimentos e frustrações que desembocam numa saída oportuna em um psicofármaco (medicações com potencial antipsicótico), que tem capacidade de terminar as ansiedades e as tristezas avassaladoras da alma. Atualmente, o uso de medicamentos tornou-se a prática terapêutica mais convencional em todos os níveis da rede pública de saúde nos casos de saúde mental. Principalmente, quando esta prática dá ênfase à internação psiquiátrica. Hospitais com unidades psiquiátricas tem sido a recomendação mais adequada para internações, quando o assunto é sofrimento psíquico. Tanto pessoas com histórico de transtorno psiquiátrico crônico em situação de recaída, como pacientes que embora sem história psiquiátrica pregressa, chegam com crise aguda de sofrimento psíquico, também fazem parte dos usuários destas unidades. Ao que parece, internações em unidades psiquiátricas são a alternativa para toda alteração de comportamento impossível de ser conduzida de maneira rápida, com conduta adequada pelos serviços responsáveis, sejam eles de saúde, serviços sociais ou judiciários. É aí que se potencializa a questão da medicalização, a qual se estabelece como o principal recurso oferecido como cuidado aos indivíduos na saúde mental, tendo estes medicamentos o papel de ir aprisionando os sujeitos em sofrimento psíquico, afinal esta é uma das grandes demandas da população nas unidades de saúde mental das instituições. O motivo que leva este estudo a abordar medicalização, o uso de psicotrópicos e padronização de medicamentos em unidades de saúde mental, é a necessidade de um cuidado com a singularidade nos tratamentos psiquiátricos e de uma escuta qualificada para este público.

**Objetivo:** Evidenciar e analisar através dos sentidos produzidos, a vivência dos pacientes submetidos à internação nas unidades de saúde mental dos hospitais da 8ª CRS, acerca da prática da medicalização, do processo de autonomia e da subjetividade desta população, investigar como o processo de medicalização é vivenciado pela equipe multidisciplinar das unidades de saúde mental dos hospitais da 8ª CRS; conhecer os medicamentos psicotrópicos prescritos nos prontuários das unidades de saúde mental dos hospitais da 8ª CRS; analisar a autonomia dos pacientes em relação à medicação padronizada nas unidades e; conhecer o perfil sociodemográfico e os determinantes clínicos dos pacientes internados nas unidades de saúde mental dos hospitais da 8ª CRS que receberam psicotrópicos por sexo, faixa etária e escolaridade.

**Método:** A pesquisa é do tipo mista tanto de caráter qualitativo, como quantitativo através da aplicação instrumentos como questionário, entrevistas e levantamento de dados de prontuários, tendo como população os pacientes internados nas unidades de saúde mental e membros da equipe multidisciplinar destas unidades nos hospitais da 8ª CRS. Foram ouvidos um total de 37 indivíduos investigados, sendo um total de 4 profissionais da psicologia (um por unidade), e 33 pacientes, de acordo com o número de leitos totais das mesmas.

**Resultados Parciais:** Dentro dos resultados esperados e dos resultados já levantados referentes à produção dos sentidos, consegue-se conhecer os problemas da medicalização em saúde mental, o empoderamento e o protagonismo do indivíduo em sofrimento psíquico e a visão do profissional que atua nestas unidades. Dados demográficos revelam que, embora haja pacientes internados por dependência química, a maioria tem como motivo da internação, algum transtorno mental. Os encaminhamentos para internação nas unidades de saúde mental da 8ª CRS são por ordem judicial, voluntariamente e pela rede. Não há diferença significativa quanto ao gênero, sendo a maioria com estado civil solteiro. As medicações mais prescritas nas unidades de saúde mental dos hospitais da 8ª CRS são: Haloperidol (Haldol®), Biperideno, Clorpromazina (Ampectil®), Carbonato de Lítio, Prometazina, Fluoxetina (PROZAC®), Carbamazepina, Clonazepam (RIVOTRIL®), Diazepam (VALIUM®), Risperidona e Amitriptilina. Todos os pacientes pesquisados revelam baixo nível de escolaridade, não havendo diferença significativa quanto à renda familiar. A partir dos dados coletados, visualiza-se o fenômeno da medicalização no espaço do não sentir, da negação das dores da alma, do conflito no amortecimento do sujeito diante das dificuldades impostas no seu cotidiano para sentir-se incluído na sociedade. Alguns pacientes internados nestas unidades que foram entrevistados nesta pesquisa revelam a própria submissão aos medicamentos prescritos nas unidades de saúde mental, muito embora sem a total aceitação dos mesmos em receber estas medicações, verbalizando que acima de sua vontade pessoal, está o desejo de serem considerados “adequados” às exigências de comportamento social naquele momento, e, portanto, submetem-se, muito embora, sem autonomia, sem possibilidade de escuta e de escolha. Já os profissionais da equipe, que foram entrevistados, revelam a angústia quanto ao estabelecimento de prescrições padronizadas a estes pacientes, sem uma análise da singularidade e individualidade da patologia e dos motivos da internação de cada um destes pacientes por parte da própria equipe das unidades.

**Conclusão:** Esta pesquisa se torna indispensável para se pensar sobre as possibilidades de autonomia aos sujeitos envolvidos. Afinal, o indivíduo em sofrimento psíquico ainda recebe a resistência da sociedade em reconhecê-lo, tanto pelos que o cercam, quanto por si mesmos. Existe ainda na contemporaneidade, certa “intolerância” que supervaloriza o que é considerado “normal” e segrega e condiciona aquele com algum diagnóstico de transtorno mental. Há uma necessidade deste indivíduo conhecer e perpetuar seu empoderamento. Não há como reduzir a vida do sujeito com a medicalização, oferecendo a ele o aperfeiçoamento de seu protagonismo e total exercício de sua cidadania.

**Palavras-chave:** medicalização saúde mental, psicotrópicos, medicação, autonomia

☒ **Fonte de Financiamento:** A própria Pesquisadora

☒ **Conflito de Interesses:** O único viés de condução da pesquisa é a resistência de algumas unidades de saúde mental em expor seu plano terapêutico, dificultando a coleta de pesquisa.